

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENQUANTO EXPRESSÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR

Veridiana Gomes Caseira

Mestranda em Educação (FURG)

veridianagcaseira@gmail.com

Vilmar Alves Pereira

Doutor em Educação (FURG)

vilmar1972@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem a intenção de abordar a íntima relação da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Popular. Trata-se de uma abordagem bibliográfica, que em seu formato original pertence ao Projeto de Dissertação de Mestrado, intitulado: “O Perfil do Educando da Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Rio Grande/RS”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, PPGEDU/ FURG, sob a linha de pesquisa “Educação, Linguagens e Utopias”. A pesquisa em questão desenvolve-se a partir da perspectiva da Educação Popular, com uma metodologia qualitativa, baseada para coleta de dados no Grupo Focal e para análise dos mesmos no Discurso do Sujeito Coletivo. Para esse artigo, convém elucidar, de forma breve, o percurso da EJA que é fortemente relacionado à história da Educação Popular e apresentar a educação de Jovens e Adultos enquanto expressão da Educação Popular.

PALAVRAS CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Educação Popular. Classe Popular

YOUNG PEOPLE AND ADULT EDUCATION AS AN EXPRESSION OF POPULAR EDUCATION

ABSTRACT

This article intends to address the intimate relationship between Young People and Adult Education (EJA) and Popular Education. The study is part of a Master's project entitled "The profile of Young People and Adult Education students in the Municipal Network of Rio Grande / RS", linked to the Postgraduate Program in Education (PPGEDU / FURG) and was developed based on the perspective of Popular Education. Data was generated from a focal group and analyzed through the method of Discourse of the Collective Subject. This article briefly explains how strongly the history of EJA is related to the history of Popular and presents Young People and Adult Education as an expression of Popular Education.

KEYWORDS: Young People and Adult Education (EJA). Popular Education. Low Income Class.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos em nossa sociedade, muitas vezes serviu como mão de obra barata para o desenvolvimento industrial de nosso país. Numa relação onde é preciso formar para o mercado de trabalho, muitas vezes sedento por profissionais minimamente capacitados, a EJA trabalhou muito mais para a questão serviu do homem, que para sua realização pessoal. É somente ao final do século XX que

se percebe, muitas vezes, a partir de processos relacionados a Educação Popular, uma EJA voltada também para a formação do sujeito como cidadão social, político, capaz de refletir sobre seu papel no mundo e reivindicar seu espaço numa sociedade dualista e dividida por classes sociais.

A partir da consciência dessa divisão de classes, camadas populares da sociedade civil lutaram e ainda lutam pelo direito à educação escolarizada de jovens e adultos.

São numerosas e crescentes as iniciativas municipais que surgem a todo o tempo instituindo o atendimento ao público jovem e adulto. Ao lado dessas iniciativas, somam-se as experiências de grupos populares e de organizações não-governamentais que sempre atuaram no campo da EJA, principalmente nos espaços em que a ação do Estado não chega ou não se faz presente. (SOARES, 2002, p. 8)

E é em meio a essas lutas que a Educação de Jovens e Adultos toma forma e força, sendo representada por legislações específicas, como, por exemplo, o Parecer nº 11/2000 que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (Resolução CNE/CEB, 2000). Ainda há uma caminhada muito extensa para que a EJA seja respeitada e, realmente, considerada como uma etapa da Educação Básica, conforme apontado pelo FUNDEB, podendo usufruir dos seus direitos, sobretudo no que diz respeito à distribuição dos recursos destinados a ela. Pois, infelizmente, existe em nosso país certo distanciamento entre a lei e sua real efetivação, e isso acarreta uma série de problemas, entre eles, escassez ou falta de formação do profissional da área, falta de espaço físico para as turmas da EJA, etc.

Uma condição necessária e urgente para a modalidade de ensino e que, poderíamos citar como uma primeira aproximação entre essa e a Educação Popular, diz respeito a necessidade de compreendê-la como educação para leitura de mundo e não como educação para decodificação de signos. A aproximação entre ambas se dá porque, uma, a modalidade precisa ser realizada e investida como leitura crítica de mundo, a outra, a concepção, só existe por conta dessa necessidade e em prol dela.

Aprender a ler, a alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não uma manipulação mecânica de palavras, mas uma relação dinâmica que vincula linguagem e realidade (FREIRE, 2006, p. 8).

Freire, nessa citação, critica a infeliz condição de alfabetizar ou alfabetizar-se como um ato compensatório e mecânico de ler e escrever, que a palavra supletivo reproduziu durante muitos anos na escolarização de jovens e adultos. “A mudança de ‘ensino supletivo’ para ‘educação de jovens e adultos’ não é uma mera atualização vocabular”, afirma Soares (2002). É na LDB 9.394/96 que ocorre essa mudança, havendo, portanto, um alargamento do conceito, pois o termo supletivo refere-se unicamente à instrução, enquanto o termo educação compreende diversos processos formativos.

Nas palavras de Soares (2002), a EJA não tem mais a função de suprir, de compensar a escolaridade perdida, apontando ainda as três funções estabelecidas para a modalidade nas Diretrizes Curriculares Nacionais:

A função reparadora, que se refere ao ingresso no circuito dos direitos civis, pela restauração de um direito negado; a função equalizadora, que propõe garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade de modo a proporcionar maiores oportunidades de acesso e permanência na escola, aos que até então foram mais desfavorecidos; por último a função por excelência da EJA, permanente, descrita no documento como função qualificadora. É a função que corresponde às necessidades de atualização e de aprendizagem contínuas, próprias da era em que nos encontramos. Diz respeito ao processo permanente de “educação ao longo da vida”. (SOARES, 2002, p.13).

A EJA, nesse sentido, assume um papel importante na constituição cidadã da população brasileira. Para além do ato compensatório, mecânico e reprodutivo de ler e escrever, a modalidade *representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais*, como afirma a Resolução CNE/CEB, 2000.

Assim a Educação de Jovens e Adultos representa um direito negado que, através de muitos esforços sociais, teve sua existência e exigências assumidas, a princípio pela Constituição Brasileira de 1988, em seu art. 208, e em seguida pelos demais ganhos na esfera política, como por exemplo, ser reconhecida como integrante da Educação Básica, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em detrimento do Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Profissional do Magistério (FUNDEF) e, posteriormente, pela criação de suas Diretrizes Curriculares Nacionais, a partir do Parecer nº 11/2000.

A Educação de Jovens e Adultos vem sendo entrelaçada a Educação Popular no decorrer de sua história, através do engajamento de luta e conquistas da camada popular que aliados a educadores populares vão reconfigurando a modalidade. A EJA que temos hoje ainda é uma educação que não deu conta de seu objetivo maior, seja o de propiciar aos educandos das camadas populares uma educação sem dualidades, e, acima de tudo, uma educação crítica e problematizadora, seja de cumprir suas três funções (reparadora, equalizadora e qualificadora), mas é passo largo e inegável, dentro de uma história de lutas e descaso, para a garantia de que os direitos assumidos sejam de fato concretizados.

O presente artigo, tem a intenção de versar sobre a aproximação da Educação de Jovens e Adultos e a Educação Popular. Aproximação essa, que entendemos como uma íntima relação. A história de ambas se encontram, se relacionam e se desenvolvem muito próximas, tendo como cenário um Brasil de desigualdades sociais e de lutas de classe, por direitos sociais negligenciados a camada mais empobrecida da população. Podemos mencionar, portanto, que a EJA necessita ser percebida enquanto expressão da Educação Popular.

Para apresentar tal panorama de aproximações traremos para o trabalho, de forma breve o percurso da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, assim como o da Educação Popular. Para tanto dialogaremos com autores que discutem tanto com a EJA, quanto com a Educação Popular, como Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão, entre outros.

Nossa intenção enquanto pesquisadores da Educação de Jovens e Adultos e estudiosos da perspectiva popular de educação é apresentar nesse texto, de forma crítica e reflexiva, a constituição de uma educação que impossibilitou o filho do proletário e ele próprio de acessar seus meios de forma a usufruir de seus benefícios.

Nessa educação que apresentamos aqui, percebemos o sujeito da camada popular enquanto objeto do processo político e econômico da sociedade, um sujeito que só acessa a educação quando e se esses processos desejarem e se favorecerem desse acesso.

Veremos nesse texto que quando a educação institucionalizada e o trabalhador ou o filho desse se relacionam, essa relação entre objeto e sujeito (que nesse contexto

também é objeto, maquinário, peça de uma engrenagem maior, a sociedade) ocorre por muitas vezes, um processo de alienação deste ao longo da história.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO POPULAR

Esboçaremos nesse espaço o que viemos entendendo como ações em educação de jovens e adultos desde a chegada da colonização portuguesa em terras brasileiras, intensificando nosso olhar às questões legais obtidas ao longo desses anos a essa modalidade de ensino. Uma modalidade, por vezes, ignorada e negligenciada, que passa a ganhar força através dos movimentos populares, como aponta Sampaio e Almeida:

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma história que se produz à margem do sistema de educação, impulsionada pela luta dos movimentos sociais, marcada pelo domínio e pela exclusão estabelecidos historicamente entre a elite e as classes populares neste país. (SAMPAIO; ALMEIDA, 2009, p.13).

Definir a Educação de Jovens e Adultos a partir do campo conceitual da Educação Popular nos parece fundamental, pois entendemos que “vários autores comungam hoje da opinião que a EJA é bem mais compreendida quando a situamos como Educação Popular” (BARRETO, 2005, p.43).

Ao nos debruçarmos sobre a história da EJA no Brasil, estamos também nos debruçando sobre a história da Educação Popular (EP) do país, sobretudo, se estivermos tratando de meados do século XX, quando a EJA passou por muitos avanços, no que diz respeito à dimensão política e legal da modalidade, a partir de movimentos populares, como veremos adiante. Num esforço de ilustrar a importância dessa relação EJA/EP Barreto recorre a Freire:

A Educação de Adultos, virando Educação Popular, tornou-se mais abrangente. Certos programas como alfabetização, educação de base em profissionalização ou em saúde primária são apenas uma parte do trabalho mais amplo que se sugere quando se fala em Educação Popular. Educadores e grupos populares descobriram que Educação Popular é, sobretudo, o processo permanente de refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. (FREIRE, 2003, p.16 apud BARRETO, 2005, p. 44-45).

Nesse sentido, não convém separar ambas as manifestações de educação, pois, juntas, elas se completam e se constituem, ganham força, vida e resiliência para

enfrentar e, por vezes, superar o preconceito e o desrespeito que constituem suas histórias.

A seguir, teremos acesso a um levantamento bibliográfico histórico sobre a modalidade em questão, com o objetivo de compreender como vem, ao longo dos anos, se dando a história da EJA no nosso país.

Do Brasil Colonial ao Imperial: construindo história

Acreditando na perspectiva de que há educações e não apenas uma educação, vislumbrar manifestações instrutivas como princípios religiosos, normas, leis e ofícios podem e, necessitam ser consideradas como ações educativas existentes desde o começo da história do Brasil Colônia. Os portugueses religiosos aferiram aos índios (crianças, jovens e adultos) esses ensinamentos através da catequização.

Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109).

Podemos observar uma necessidade de instruir adultos desde o início da nossa colonização, sobretudo, baseado na ótica da formação de mão de obra. A educação e o trabalho, ou a expropriação da educação e do trabalho, vem constituindo relação muito próxima desde a tenra idade do nosso país. Pensar em educação nos remete pensar em trabalho, pois, desde muito cedo, se pensou na contenção dos corpos humanos em prol da cultura do trabalho.

No período Pombalino, as manifestações de ensino a jovens e adultos são menos representativas, embora continuem versando sobre a ótica da relação educação versus trabalho, ela é menos organizada, pois nessa época a catequização perde sua intensidade a partir da expulsão dos jesuítas em 1759, e a educação começa a ser dividida por classes, conforme aponta Strelhow:

As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), ênfase da política pombalina, eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas. (STRELHOW, 2010, p. 51).

Com a primeira Constituição Brasileira, a Imperial, de 1824, há, de maneira breve e bem ampla, um movimento sobre a educação que diz o seguinte: *instrução primária e gratuita a todos os cidadãos*. Segundo Strelhow:

Essa lei, infelizmente ficou só no papel. Havia uma grande discussão em todo o Império de como inserir as chamadas camadas inferiores (homens e mulheres pobres livres, negros e negras escravos, livres e libertos) nos processos de formação formais. (STRELHOW, 2010, p. 51).

A educação no Brasil, principalmente a educação de jovens e adultos, surge, como podemos constatar, acima de tudo, a partir da necessidade da mão de obra rápida e barata. Nesse sentido, as primeiras escolas noturnas eram destinadas a homens que precisavam se instrumentalizar para ajudar o império a desenvolver-se. Mas, ainda assim, era uma educação pouco organizada e sem um pensamento pedagógico específico para a parcela adulta da população, o que era de se esperar em um período onde as camadas populares representavam índices elevadíssimos de defasagem educacional, mesmo de crianças em idade escolar regular:

O pouco que foi realizado deveu-se aos esforços de algumas Províncias, tanto no ensino de jovens e adultos como na educação das crianças e adolescentes. Neste último caso, chegaríamos em 1890 com o sistema de ensino atendendo apenas 250 mil crianças, em uma população total estimada em 14 milhões. Ao final do Império, 82% da população com idade superior a cinco anos era analfabeta. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109).

O índice acima, apresentado pelos autores, revela o quão incipiente era a educação básica da época, sendo uma educação que não atingia a grande maioria da população, que ficou centralizada nas mãos das províncias e que possibilitou apenas às camadas da população menos empobrecidas alcançá-la. Embora, no campo dos direitos legais, a educação para “todos os cidadãos” tenha sido manifestada, no campo educacional, propriamente dito, pouco mudou de fato, pois a implementação de uma escola de qualidade, realmente para todos, vem caminhando a passos lentos ainda nos dias atuais.

Primeira República do Brasil aos dias atuais: a luta continua

Na constituição de 1891, a primeira da era republicana, ficou delegada às províncias e aos municípios a responsabilidade pelo Ensino Básico, cabendo à União a responsabilidade maior com o ensino secundário e superior.

Mais uma vez garantiu-se a formação das elites em detrimento de uma educação para as amplas camadas sociais marginalizadas, quando novamente as decisões relativas à oferta de ensino elementar ficaram dependentes da fragilidade financeira das Províncias e dos interesses das oligarquias regionais que as controlavam politicamente. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109).

Num período em que as províncias sofriam com a falta de recursos financeiros, destinar a elas a responsabilidade do Ensino Básico, consistiu em uma artimanha política cruel de desvalorização da educação inicial, o que comprometeu a formação das camadas populares. A mesma constituição negou ao adulto analfabeto o direito do voto, sendo essa a maioria da população adulta do país, de acordo com Haddad e Di Pierro (2000). Junto a isso uma forte pressão se instaurou junto aos analfabetos no Brasil, pois as províncias passam a vê-los como um mal, algo negativo e há um interesse para mudar essa situação.

“No século XX houve grande mobilização social para acabar com esse mal, o analfabetismo” (STRELHOW, 2010, p. 51). Nas palavras de Martins (2013), nas primeiras décadas do século XX, a preocupação com alfabetização de adultos se tornou mais intensa e favoreceu o surgimento de várias campanhas e programas, alguns deles promovidos por associações de intelectuais e outros pelos próprios estados e municípios, sendo criada, em 1915, a Liga do Analfabetismo, no estado do Rio de Janeiro, entre outros órgãos em diferentes estados e municípios, a fim de “empreender um verdadeiro combate cívico contra o analfabetismo” (MARTINS, 2013, p. 16).

Foi com a Revolução de 30 e suas mudanças políticas e econômicas e através do processo de industrialização do Brasil, que a EJA começou a marcar, de fato, seu espaço na história da educação do nosso país. Pois, nesse período histórico, a educação é considerada como fator de segurança nacional, devido ao alto índice de analfabetismo, praticamente, 50% da população em 1945. Todas as dificuldades econômicas foram diretamente relacionadas a falta de educação escolarizada da população brasileira. Sendo essa modalidade de ensino uma opção rápida e barata para resolução de tais problemas.

Desde o descobrimento do Brasil até esta década, a EJA era “funcional, ou seja, sempre voltada para as necessidades, ora da colônia, ora dos interesses de ordem político-econômica, sem nenhum envolvimento de efervescência político-ideológico” (MACEDO 2008 apud MIRANDA, 2015, p. 57).

Nesse sentido, as políticas em educação referentes à modalidade de jovens e adultos, reduzia seus esforços ao ensino do ato compensatório de ler e escrever, a fim de modificar índices sociais negativos, sem nenhuma intenção político-educativa. Desse modo, mais uma vez, a educação de adultos segue mais atrelada aos interesses do Estado do que do povo propriamente dito, assim como apontamos.

Novamente, a educação é fortemente ligada à questão laboral, uma vez que se necessita de mão de obra, sobretudo mão de obra barata. A população adulta não apresenta as habilidades necessárias para desenvolver o trabalho, portanto, procura-se instrumentar a população pobre para dar conta dessa necessidade política e econômica do país. Não há, nessa configuração de EJA, um pensamento voltado às questões de pensamento crítico e político em prol dos educandos, e sim a preocupação com a demanda de ordem política econômica do país, uma educação que “coisifica” o homem e a mulher, os reduzindo a máquinas.

Embora a Constituição de 1934 tenha avançado na sistematização da EJA, a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), compreendemos que o verdadeiro avanço da modalidade se deu no II Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos que ocorreu no ano de 1958, e que contou com a participação de Paulo Freire.

Em 1958 ano Juscelino Kubitscheck de Oliveira, então presidente da república, convoca grupos de vários estados para relatarem suas experiências no “Congresso de Educação de Adultos”. Nesse congresso ganha destaque a experiência do grupo de Pernambuco liderado por Paulo Freire. (FRIEDRICH et al., 2010, p. 396).

Tal congresso apontou para o importante olhar da educação como uma garantia por direito, e para a preocupação com a responsabilidade social e política da educação, algo que ainda não havia sido pensado e instituído até então. Uma EJA que enxergava para além do mecanicismo do ato de ler e escrever, uma educação para a conscientização como explica Freire (2001):

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objetivo cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. (FREIRE, 2001, p. 30).

Conscientização essa que, a nosso ver, só se dará num espaço de diálogo horizontal e com partilha dos conhecimentos, sejam eles científicos ou empíricos. Nesse

congresso, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Popular se fundem em uma só, e ambas ganham força e mobilização política.

Esse congresso repudia a forma mecanicista e arbitrária que as políticas de EJA vem tratando essa modalidade. Então, no ano de 1964, o Ministério da Educação cria o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, organizado por Freire, baseando-se em sua experiência em Angicos. Essa, como outras experiências da EJA no Brasil, foi rapidamente extinta, sobretudo durante o período militar, embora tenha sido criado nesse mesmo período o Movimento Brasileiro de Educação (MOBRAL). Movimento esse que priorizava a leitura e escrita, deixando no esquecimento a politização do sujeito. Percebemos uma lentidão muito grande no que diz respeito às políticas públicas para Educação de Jovens e Adultos no nosso país, um verdadeiro retrocesso no que tangencia a valorização política da Educação de Jovens e Adultos.

A LDB de 1971 aponta em três artigos específicos para o ensino supletivo, a garantia do direito de concluir o ensino de 1º e 2º graus, o Ensino Fundamental e Médio atual, respectivamente, a todo cidadão brasileiro. De acordo com o Plano Nacional de Educação, a Constituição Federal, referindo-se a de 1988: “determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação a integração do poder público que conduzam a erradicação do analfabetismo”.

Foi publicado na página específica para educação, no site da UOL, no dia 29 de setembro de 2013, que a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais parou de cair no Brasil após um período de 15 anos de declínio, segundo dados da Pnad 2012 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). De acordo com a mesma página de informações, o país não registrava crescimento da taxa de analfabetismo desde 1997 e, atualmente, mantém essa taxa estagnada, com uma média de 8.5% da população adulta de analfabetos. O censo de 2014 segue apontando esse mesmo declínio nas matrículas, tomando por base dados de 2008, essa relação representa uma redução de 30,7% no ensino Fundamental e 20,7% no Ensino Médio. Como resposta a estes números foram criadas as metas 9 e 10 do Plano Nacional de Educação (2014 – 2024). A meta 9 pretende até 2024 “erradicar” o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% o analfabetismo funcional e a meta 10 determina que 25% da oferta nacional de EJA seja integrada a educação profissional.

De acordo com os dados apontados acima, acreditamos que, atualmente, há oferta de vagas para a Educação de Jovens e Adultos no país, ao passo que há também uma falta de planejamento sobre como essa oferta será administrada, bem como para quem essa oferta é, de fato, oferecida. A EJA necessita ser vista como uma educação que vá ao encontro da necessidade de seu educando, seja esse o aluno que repetiu inúmeras vezes a educação básica e necessitou da EJA para a conclusão de seus estudos, seja esse, o sujeito trabalhador que não teve acesso à escola na idade prevista como ideal, ou seja, esse senhor ou senhora que há muito tempo parou seus estudos.

A cada um e a todos os sujeitos que chegam a EJA, há a necessidade de compreensão, de análise de sua compatibilidade com o turno oferecido, por exemplo, entre outras questões. Esses estudantes já tiveram muitas negações em suas caminhadas, certamente. A EJA tem que ser promotora do sim, da possibilidade, da flexibilidade a esses sujeitos, caso contrário, continuará a oferta e os bancos escolares da modalidade permanecerão vazios e as metas nunca serão cumpridas. A Educação de Jovens e Adultos enquanto expressão da Educação Popular, necessita ser uma EJA acolhedora, problematizadora, crítica e acessível aos seus educandos.

Educação Popular: uma caminhada constante

Pensar na Educação Popular e em seus fundamentos requer, a nosso ver, compreender o espaço e tempo onde ela surge e como ela surge. Gadotti (1992), ao prefaciar o Livro de Ana Maria do Vale, Educação Popular na Escola Pública, traz um rápido resgate sobre a história da Educação Popular, na qual afirma que essa nasceu fora da escola e que, até a segunda guerra mundial, era concebida como extensão da educação formal.

Gadotti (1992), na mesma obra, aponta que na década de 1950, a Educação de Jovens e Adultos também é reconhecida como educação popular, assim como vínhamos mencionando, mas deixa claro que há duas perspectivas: a de educação libertadora e a de educação funcional. Para o autor essas duas perspectivas de educação tem continuidade nas décadas seguintes, sendo que a primeira se dá na educação não formal e a segunda como suplência da educação formal.

Com perspectiva de educação libertadora a EJA ganha espaço nos contextos não formais a partir de projetos e programas, muitas vezes não governamentais, liderados

por educadores e estudiosos da Educação Popular, a fim de disseminar uma educação com propósitos de autorreflexão, autocrítica e desvelamentos sociais.

Como suplência da educação formal, com características de supletivo, percebemos a função pragmática e tecnicista da educação como aparelho do Estado na formação de mão de obra barata e rápida para uma sociedade em pleno desenvolvimento industrial. Algo que se afasta da filosofia da educação popular, que compreende a educação apenas enquanto formação, sem o intuito de constituir um sujeito crítico e transformador.

Na tentativa de refletir sobre como é compreendida a Educação Popular, a partir do olhar das políticas públicas, nos debruçamos sobre o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, que a define como:

A Educação Popular a um só tempo é uma concepção prático-teórica e uma metodologia de educação que articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais. Antes de inserir-se em espaços institucionais, consolidou-se como uma ferramenta forjada no campo da organização e das lutas populares no Brasil, responsável por muitos avanços e conquistas em nossa história. (DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR E MOBILIZAÇÃO CIDADÃ/SNAS/SG, 2014, p. 07).

Percebemos então o reconhecimento de que essa é uma educação das classes populares com as classes populares, voltada para as classes populares, que se organizou em prol dessas, tendo como fundamento a transformação social, e que, através de muita luta, vem se articulando com as necessidades dos sujeitos populares através dos tempos e de suas demandas. Para Brandão:

A Educação Popular supõe que as camadas da população mais marginalizadas e mais pobres se apropriem de um novo saber- instrumento; um saber que pode ser usado diretamente na realização dos objetivos sociais dessas camadas. Muitas vezes é a esse saber de conhecimentos do povo que se dá o nome de cultura popular. (BRANDÃO, 1990, p. 55).

Brandão (1990) afirma que, é possível que não tenha havido ainda uma forma de trabalho com os subalternos através da educação tão claramente definida como a que ele chama de Sistema Paulo Freire. Para ele, a proposta de Freire é mais do que um simples “método de alfabetização”, representa a introdução de uma transformação radical não só do trabalho pedagógico do educador, mas do sentido e do uso político da educação (BRANDÃO, 1990, p. 54). O autor trata ainda dos valores contidos na

educação popular, desde os primórdios até os dias atuais: a ideia de que o verdadeiro valor para um povo são seus próprios valores, pois “um programa de educação popular, deve levar em conta, a existência de sistemas próprios de educação do povo” (BRANDÃO, 1990, p. 57). Fica explícita, durante a escrita de Brandão, a importância dos conceitos de Paulo Freire para a constituição da Educação Popular no Brasil.

Sabemos que a exclusão social invade os muros da escola, onde são notórias as desigualdades e a falta de democratização, portanto, discutir o acesso, a permanência, a qualidade e a democratização da educação, sobretudo da Educação de Jovens e Adultos, relacionando-a e somando esforços com a Educação Popular é para nós um caminho, pois:

A Educação Popular, portanto, desde a perspectiva da educação de jovens e adultos, passando pela universalização do direito à educação pública, gratuita e de qualidade, esteve sintonizada com os principais debates de seu tempo. Hoje se discute, com a política Nacional de Educação Popular, que esta perspectiva político – metodológica, além de ser percebida como um método, pode subsidiar a construção de políticas públicas democráticas, participativas e voltadas aos interesses das classes subalternas, maioria de nossa população. (DI PIERRO 2001, p. 3).

A Educação Popular, preza pela defesa de uma classe social que vem sendo marcada pela exclusão e pelo descaso das políticas públicas. Logo, é importante discuti-la e apresentá-la como aliada na busca dos direitos sociais, sobretudo dos direitos que reivindicamos através da Educação de Jovens e Adultos: a educação, o acesso à escola, a permanência nesta, etc. O Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas aponta para um reconhecimento de todo o processo popular na constituição da Educação Popular. Como evento é um movimento de luta pelos direitos da classe trabalhadora e, como literatura, consiste em um documento guia para futuras propostas e para a continuidade dessa luta que, necessariamente, precisa se fazer permanente e incansável.

A Educação de Jovens e Adultos enquanto expressão da Educação Popular surge para nós como uma necessidade ontológica, que se faz urgentemente necessária. Na nossa perspectiva não há, uma possibilidade clara (embora acreditamos hermeneuticamente nas múltiplas possibilidades de interpretação sobre uma teoria e/ou prática) de atuar com e para a EJA, sem compreendê-la enquanto história de lutas, enquanto natureza popular.

Conceber a EJA enquanto expressão da Educação Popular é compreendê-la em suas minúcias, em seus encortinamentos, por isso, a importância de trazer a este trabalho a historicidade da modalidade e relacioná-la com a constituição e historicidade da Educação Popular.

Valorizar os sujeitos que a constitui, desde a mais remota data, é para nós imprescindível. Quando nos dispusemos a pesquisar, num trabalho mais amplo, que é resultado de um estudo de mestrado, o perfil do educando da Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de Rio Grande/RS, foi porque já estávamos cientes da importância deste e de sua colaboração histórica para a modalidade. Modalidade essa que só existe porque esses sujeitos desassistidos foram ao encontro dos seus direitos, fizeram-se ouvidos. Com isso, cumpriram com seu papel social de cidadão, que o é, não apenas por possuir identidade, mas por possuir direitos e deveres, por reconhecerem esses e lutarem por eles.

No que se refere a dissertação de mestrado propriamente dita, que deu origem a essa escrita, estamos no processo de pesquisa de campo. Com um grupo focal de aproximadamente 15 sujeitos, educandos da Educação de Jovens e Adultos de uma escola municipal de nossa cidade, Rio Grande, já pudemos observar uma incidência muito grande de adolescentes em detrimento de jovens ou adultos. São, no geral, sujeitos que não conseguiram, de alguma forma, acessar os “códigos” e artefatos utilizados nos anos finais do Ensino Fundamental.

Estamos em meio ao processo de intervenção de campo, mas já pudemos perceber que, de alguma forma, aqueles sujeitos sentem-se excluídos pela educação formal vigente naquele espaço. Seja em seus discursos irônicos onde afirmam serem “convidados” a participarem da Educação de Jovens e Adultos, uma vez que são repetentes e já possuem a idade para fazê-lo, seja pelas falas ressentidas que se encontram em diálogo no grupo, repetindo que não compreendiam a necessidade e/ou a função da escola em suas vidas.

Pensar na EJA sem pensar esses e outros tantos sujeitos é para nós insustentável. Pensar na Educação de Jovens e Adultos sem compreendê-la enquanto expressão da Educação Popular é para nós da mesma forma insustentável. É inviável, torna-se um retrocesso educacional para a modalidade. Percebermos ao longo de suas

existências, que juntas, EJA e EP, se completam, dão visibilidade política uma a outra e se instauram enquanto possibilidade de emancipação e transformação social.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Sabrina das Neves. **O processo de alfabetização na MOVA RS: narrativas e significados na vida de mulheres**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Universidade de Rio Grande, Rio Grande, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pensar a Prática: escritos de viagem e estudos sobre a educação**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/civil>. Acesso em 23 jun. 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº: 9394/96. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis>. Acesso em 20 jan.e 2015.

_____. **Lei De Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 05 maio 2015.

_____. Resolução CNE/CEB nº1, de 05 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf>. Acesso em: 12 jun. 2015.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. **Cadernos CEDES**, v. XXI, nº 55, Campinas, Nov. 2001. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 14 out. 2014.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR E MOBILIZAÇÃO CIDADÃ/SNAS/SG. **Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas**. Brasília, DF. 2014.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. ed. 48. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIEDRICH, Márcia et al. **Trajetórias da Escolarização de Jovens e Adultos no Brasil**: de plataformas de governo a propostas esvaziadas. Disponível em:

<www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67>. Rio de Janeiro 2010. Acesso em: 14 out. 2015.

HADDAD, Sérgio, DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rebedn14/2000>. Acesso em: 17 jun. 2015.

MIRANDA, Sícerio Agostinho. **Os Saberes Matemáticos no Cotidiano dos Pescadores Artesanais das Comunidades Tradicionais de Pesca da Cidade de Rio Grande**. Dissertação de Mestrado, FURG. Rio grande 2015.

SAMPAIO, Marisa Narcizo; ALMEIDA, Rosilene Souza. **Práticas de Educação de Jovens e Adultos: complexidades, desafios e propostas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos: Diretrizes curriculares Nacionais**. Rio de Janeiro, 2002.

STRELHOW, Thyeles Bocarte. **Breve histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br>. Acesso em: 15 maio 2015.

Recebido em: 29/04/2016.
Aprovado em: 20/06/2016.